

# BOLETIM INFORMATIVO

**JOINT – Liga de ONG's em Moçambique, Avenida Nkwame Nkurumah, 1546, Maputo**  
**www.joint.org.mz | comunicacao@joint.org.mz | 21417648**

## MAIS UM PASSO NA REVISÃO DA LEI DAS ASSOCIAÇÕES



Feito o processo de auscultação em todas as capitais provinciais do país, a JOINT decidiu alargar o debate sobre a revisão da lei das associações (Lei nº8/91 de 18 de Julho) para um fórum muito mais amplo, isto é, nacional, onde pudesse reunir várias organizações que trabalham no país, em diversas áreas, interessadas no processo.

O encontro nacional sobre a revisão da Lei das Associações teve lugar em Maputo, no passado mês de Setembro, resultante da parceria entre a JOINT, CESC e o FDC. O objectivo principal era dar a conhecer o nível de integração da contribuição da sociedade civil na proposta de revisão da lei de associações depositada pelo

### Nesta Edição

Mais um passo dado na revisão da lei das associações 1

Workshop sobre advocacia e liderança em rede 2

Lançado o relatório sobre os Direitos Cívicos e Políticos 8

RENAMO e MDM vão apoiar a SC na revisão da lei das associações 8

Governo na Assembleia da República, bem como discutir as estratégias e o Plano de acção concebidos para a influência da revisão do quadro legal que rege o funcionamento das associações.

Foram discutidos no encontro o percurso de advocacia para revisão da Lei das Associações e a proposta da sociedade civil a ser depositada na Assembleia da República e a do governo.

O encontro nacional sobre a revisão da Lei das Associações (Lei nº8/91 de 18 de Julho) contou com 79 participantes de 49 OSC que actuam no país.

# WHORKSHOP SOBRE ADVOCACIA E TRABALHO EM REDE



A Joint em colaboração com as organizações membros realizou, no passado mês de Agosto, em Maputo, um whorkshop virado à advocacia e trabalho em rede.

Estiveram presentes no encontro 27 organizações-membro da Joint, nomeadamente: PSCM-PS, Nova Era Moçambique, CMA, GDI, ACRIMO, LIVANINGO, ACP – NCHUNDZU, AMIMO, FOMICRES, JUSTA PAZ, AESA, ADCI, ANHAMAI, AREBEMO, AMACO, MCM, NLR, AMODECA, AINSO, ARISO, HLUVUKA, AMACIM, KHANDLELO – APJ, AJOV, AMJJ, PRONWANA e KULIMA.

O whorkshop surge da necessidade de melhorar a participação dos membros da JOINT e para permitir o estabelecimento de sinergias entre as organizações membros, no que se refere à partilha de experiências bem como na criação de consórcios para preparação de propostas de solicitação de recursos financeiros.

Também chamado oficina dos membros, o whorkshop advocacia e trabalho em rede obedeceu três momentos específicos. O primeiro dedicou-se à identificação das principais actividades das organizações e respectivos pontos fortes, no segundo, com o recurso à chuva de ideias, os participantes foram convidados a apresentar as fraquezas de suas organizações, o que culminou no mapeamento de suas necessidades e, no terceiro e último momento, com base numa análise triangular, entre as actividades dos membros, seus pontos fortes e os objectivos estratégicos da JOINT, foram criados oito grupos temáticos.



Carvalho Cumbi, facilitador do evento



**1º Momento****Principais actividades e pontos fortes das organizações-membro da JOINT.**

- Promoção do associativismo
- Fortalecimento económico
- Promoção e defesa dos Direitos Humanos
- Melhoramento dos edifícios escolares
- Prevenção do crime
- Promoção do desenvolvimento comunitário
- Reinserção social
- Promoção de práticas sociais saudáveis

**2º Momento****Principais fraquezas identificadas pelos membros da JOINT:**

- Comunicação não profissional;
- Baixa capacidade de elaboração de estratégias;
- Baixa capacidade de elaboração de propostas de financiamento;
- Fraco marketing social;
- Reduzida troca de experiências;
- Baixo aproveitamento de mecanismos de auto-sustentabilidade;
- Baixo domínio de técnicas de intervenção comunitária.

**3º MOMENTO:**

APRESENTAMOS OS GRUPOS TEMÁTICOS, SEUS INTEGRANTES E OS RESPECTIVOS PONTOS FOCAIS

GRUPOS TEMÁTICOS	MEMBROS	PONTO FOCAL
Género e inserção social	NHAMAI (2ª), LADC (2ª), AINSO, HLUVUKA (2ª), ARISO, ACP – NCHUNDZU (2ª) e PSCM-PS	PSCM-PS
Governança e democracia	FOMICRES (2ª), JUSTAPAZ (2ª), LADC, NORA ERA, AMACO, AMODECA e GDI (2ª)	LADC
Gestão de recursos naturais e ambiente	AESA, AJOV (2ª), AMACO (2ª), AMOCIM (2ª), AMODECA (2ª) e LIVANINGO	AESA
Direitos Humanos e Cidadania	GDI, AJOV, NHAMAI, KULIMA (2ª), PSCM – PS (2ª), AMJJ, ARISO (2ª), AREBEMO, ACRIMO (2ª), MCM (2ª) e KHANGELO	AMJJ
Paz e gestão de conflitos	FOMICRES, JUSTA PAZ, CMA (2ª)	JUSTA PAZ
Educação e formação profissional	ADCL, MCM, PROWANA (2ª), CEDEJU (2ª), KHANGELO (2ª), AINSO (2ª), AREBEMO (2ª), NOVA ERA (2ª), HLUVUKU (2ª)	KHANGELO
Saúde e bem-estar	ACP – NCHUNDZU, AMIMO, AESA (2ª),	ACP - NCHUNDZU
Agricultura e segurança alimentar	CMA, KULIMA e AMIMO (2ª)	CMA

## SC FORMA OBSERVADORES PARA AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 10 DE OUTUBRO



Com vista à preparação das eleições autárquicas de 10 de Outubro, a JOINT em coordenação com o EISA, CEDE e IMD realizaram, em Outubro, em Maputo, uma formação de observadores de eleições autárquicas previstas para 10 de outubro próximo.

De acordo com Miguel de Brito, director residente do EISA, que orientou a formação, o conhecimento da lei que regula o processo eleitoral é de suma importância para os observadores pelo facto de sucederem várias peripécias no âmbito da observação, que exigem uma maior atenção e rigor.

No evento, os participantes tiveram o privilégio de serem capacitados em matérias legislativas, concretamente na legislação autárquica e incluindo as mudanças na legislação lei 7/2018, na lei da CNE que é o organismo que faz a arbitragem do processo eleitoral, lei do recenseamento, lei das autarquias, lei eleitoral, lei de tutela administrativa, lei dos partidos políticos, lei de imprensa e lei de reunião e manifestação.

O que é, como e onde observar, foram as questões também abordadas na formação de forma incisiva, dado a necessidade de se estabelecerem balizas sobre o papel do observador no processo eleitoral. No evento, a campanha eleitoral foi o assunto de des-

taque visto que era o processo que se avizinhava.

Foram também pontos de agenda da reunião, a questão da comunicação dos formadores, nomeadamente, conteúdos e formatos de comunicação (relatórios, informes, etc), pontos de contactos, centrais e locais e mecanismos de comunicação (fax, email, whatsapp, etc) e periodicidade de comunicação e a qualidade dos observadores.

No final do evento, as organizações anfitriãs (JOINT, EISA, CEDE e IMD) afirmaram terem atingido o objectivo esperado.

A formação que teve a duração de um dia, inserida no consórcio formado no âmbito do programa sobre eleições, financiadas pela união europeia e coordenada pela International Idea, contou com a participação de representantes de grupos de observação eleitoral da sociedade civil provinciais.

## SUL DO PAÍS PASSARÁ A DESFRUTAR DO SINAL DIGITAL DENTRO DE DOIS MESES

Realizou-se em Outubro uma mesa redonda com tema *Migração digital em Moçambique*. A mesma foi realizada pela JOINT em parceria com o MISA Moçambique, em Maputo. O evento contou com a presença de várias personalidades ligadas à media no país entre operadores, gestores e ONGs preocupadas com o processo de digitalização da media no país.

Victor Mbebe, PCA da Transporte, Multiplexação e Transmissão (TMT), empresa encarregada para financiar e implementar o processo de migração digital no país, garantiu que nos próximos dois meses, a região sul do país passará a desfrutar do sinal de televisão digital. Em relação as restantes zonas do país, o PCA da TMT garantiu que até finais de 2019 estas poderão desfrutar do processo.

Explicando as fazes que o processo tem registado, a nossa fonte disse que já foram construídos os centros emissores nas zonas centro e sul, faltando apenas a norte. Decorrem também os testes de aceitação e a produção dos certificados por parte do Instituto Nacional de Comunicações.

Mbebe falou ainda que já se encontram no país 10 mil *set up boxes* e a aquisição destas vai custar aos bolsos dos moçambicanos 1200 meticais, que na sua opinião é um preço acessível.

O estudo encomendado pelo MISA foi realizado pelo consultor Celestino Joanguete em sete TVs nacionais e concluiu que estas já estão preparadas para migrar no processo.



# **Observatório**

**da SOCIEDADE CIVIL**

**O espaço reservado para**

**tornar público o trabalho feito pelas**

**Organizações da Sociedade Civil**

**Conte-nos o  
seu também!**



Joint - Liga das ONGS em Moçambique



comunicacao@joint.org.mz



Joint - Liga das ONGS em Moçambique



84 52 20 293 / 21 41 76 48



Fundada em 1998 e reconhecida oficialmente a 16 de junho de 1999, AJOV – Associação moçambicana de jovens voluntários é um grupo de cidadãos unidos por uma única causa: o desenvolvimento das comunidades moçambicanas.

Desde o ano da sua fundação até agora, várias actividades foram, estão sendo e ainda serão realizadas.

O trabalho que os jovens voluntários têm desenvolvido abrange diversas áreas de trabalho, em diversas áreas do país pois esta organização actua em âmbito nacional.

Em 2017, a AJOV reabilitou três salas de aulas da Escola Primária Completa da Macia, na província de Gaza. O projecto foi financiado por duas organizações internacionais, a portuguesa PARAONDE e a Serviço Voluntário Internacional (SVI) da Bélgica e França.

Para estes jovens voluntários, o trabalho desenvolvido por estes na área de educação não só abrange o ensino mas também outras vertentes, como é o caso do ambiente. A título de exemplo, os jovens voluntários realizaram um trabalho de educação sobre o meio ambiente na província de Nampula, na escola primária completa de Marere. A actividade tinha como objectivo principal transmitir boas práticas ambientais às crianças e alunos daquela escola. A acção foi realizada juntamente com jovens voluntários da Katipe, uma organização dinamarquesa.

Ainda no ano passado, a AJOV realizou, com o financiamento da União Europeia e sob a coordenação internacional Comité de Coordenação do Serviço Voluntário Internacional (CCIVS -UNESCO), a **Rising Peace and Human Rights**. Uma actividade que consistia na Advocacia sobre direitos humanos e a importância da paz para o desenvolvimento da comunidade, com o apoio do comité de coordenação dos serviços voluntários. O lugar escolhido foi a Escola Secundária São Dâmaso, na Matola, província de Maputo.

Já na zona sul de Moçambique, na província de Maputo, no distrito de Boane, os jovens voluntários realizaram um campo de voluntariado e projecto Stop Climate Change (SCC). A primeira consistiu em plantação de árvores, recolha de resíduos sólidos, sensibilização à comunidade sobre as melhores práticas de higiene.



Recentemente, a AJOV esteve na reunião da SAWC, em Botswana. Uma rede de voluntariado a nível da África Austral na qual são membro executivo do organismo. Aqui, o objectivo era este: implementar o projeto de desenvolvimento comunitário a nível da província de Nampula que consistisse na reabilitação de duas escolas primárias.

E como não se pode fazer o trabalho ao meio. A AJOV já reabilitou 21 casas de banho, usando o material local, na localidade de Tenga, distrito da Moamba, com o financiamento do programa mundial de alimentação que beneficiou cerca de 200 famílias.

Os jovens voluntários tem uma visão futurista, razão pela qual traçaram planos. Um deles consiste na construção da Escola Técnica de Messano, no distrito da Macia sede e a reabilitação de 21 salas de aulas na EPC - Sede da Macia.

Já na província de Nampula, a AJOV vai implementar a partir de Novembro, o projecto património cultural. Este terá a duração de seis meses e contará com o apoio da UNESCO Paris.



**Missão**

Trabalhar em prol do desenvolvimento integral das as comunidades desfavorecidas.

**Visão**

Trabalhar em equipe para alcance de um objectivo comum que consiste no uso do voluntariado como instrumento para mudança e onde o jovem é agente.

## JOINT E CEDES APELAM ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS PACÍFICAS NO PAÍS

Promover um ambiente pacífico nas eleições autárquicas de 10 de Outubro foi o objectivo comum que uniu a Joint- liga de ONG's em Moçambique e o Cedes – num seminário que teve como tema “Desafios na promoção de eleições autárquicas pacíficas em Moçambique” realizado em Setembro, em Maputo.

O pontapé de partida do evento foi dado pelo Bispo Dinis Matsolo que, apelou a paz interior e apoiando-se em versículos bíblicos disse “temos que remover os estereótipos se quisermos ter eleições livres, justas e transparentes”.

Com estes pronunciamentos, partiu-se para um segundo painel onde teve como figura de destaque Edson Macuácuca, presidente da 1ª Comissão da Assembleia da República. Macuácuca, começou por felicitar a iniciativa da sociedade civil de envolver-se no processo e caracterizou o processo eleitoral como um período de festa onde deve reinar a paz e alegria.

Questionado sobre o ambiente agressivo que se tem registado nas eleições, Macuácuca disse “o problema não está nas leis, os problemas estão nas pessoas. Não respeitamos as leis por nós criadas”. Macuácuca vai mais longe afirmando que é preocupação dos partidos políticos e do governo reverter o cenário que se vive nas eleições em Moçambique, razão pela qual, a nova lei eleitoral aprovada traz uma inovação “Nós vamos ter uma realidade nova nas eleições anteriores que é a competência dos tribunais distritais conhecerem e dirigirem os litígios decorrentes dos processos eleitorais” informou.

Num outro painel que acolheu a Associação dos juizes, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Secretariado Técnico de Administração eleitoral (STAE), o académico Salvador Macamo e o CEDES, foram abordadas questões ligadas às próximas eleições no país e todos convergiram num só aspecto “eleições pacíficas no país”.

O seminário sobre os desafios na promoção de eleições autárquicas pacíficas em Moçambique, realizado pela JOINT e o CEDES contou com a parceria da Usaid, Agir, Oxfam, Embaixada de Suécia, Reino dos países baixos, Kepa e a Counterpart.



Segundo painel

# RELATÓRIO TEMÁTICO DE MOÇAMBIQUE NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Joint



Liga de ONGs  
em Moçambique

## RELATÓRIO TEMÁTICO DE MOÇAMBIQUE NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Mozambique Thematic Report on the  
Implementation of the International Covenant on Civil  
and Political Rights



Março de 2018  
March, 2018

### DISCLAIMER

Este relatório foi possível através do apoio financeiro da OXFAM. O seu conteúdo é da responsabilidade da JOINT e em nenhuma circunstância pode reflectir a posição da OXFAM.

Disponível em:

[www.joint.org.mz](http://www.joint.org.mz)



## RENAMO e MDM vão apoiar à Sociedade Civil na revisão da lei das associações



Na conferência Nacional de Advocacia da Sociedade Civil sobre a revisão da lei das Associações em Moçambique realizada ontem (22/11/18), em Maputo, a bancada da RENAMO representada pelo deputado José Carlos Cruz da RENAMO e Lutero Simango do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) mostraram a sua total disposição em apoiar a Sociedade Civil no processo de revisão da lei das Associações.

O processo de revisão da lei das associações (Lei 8/91 de 18 de Junho) teve início em 2008 com a elaboração da Proposta da revisão da Lei de Associações, que, de acordo com as Organizações da Sociedade Civil encontra-se desajustada do contexto actual em que estas operam. A resposta surge 07 anos depois, em 2015, com a aprovação por parte do Conselho de Ministros que, logo após, submeteu ao Parlamento. No entanto, a proposta submetida pelo Conselho de Ministros não continha muitas das contribuições dadas pelas Organizações da Sociedade Civil durante o processo de auscultação. Desde então, a Sociedade Civil procura, reverter o actual cenário pressionando aos órgãos de direito para que tomem em consideração os vários aspectos vinculados na proposta de revisão da lei das Associações que foram banidos pelo Conselho de Ministros.

Nesta senda, a SC realizou a conferência Nacional de Advocacia da Sociedade Civil sobre a revisão da lei das Associações em Moçambique com principal objectivo de promover a comunicação advogadora dos interesses da Sociedade Civil no quadro da revisão da Lei das Associações em análise na Assembleia da República.

Sendo que o processo de revisão da lei das associações em Moçambique passa pelo parlamento, convidou-se a participar do evento os 03 principais partidos com assento no parlamento (FRELIMO, RENAMO e MDM), de entre os quais compareceram dois partidos nomeadamente a Renamo e o MDM, para ouvir as suas opiniões sobre o assunto.

Simango e Da Cruz, falando em nome das suas bancadas -MDM e RENAMO- mostraram a sua total abertura em cooperar com a SC no processo da revisão da lei das associações e reconheceram, também, o papel que estas organizações desempenham em várias áreas para o desenvolvimento do país.

O evento que se enquadra nos esforços da Sociedade Civil foi organizado pela JOINT, FDC, CESC, NWETI, ACTION AID e a WLSA contou com a presença de mais 30 organizações da SC, representantes dos fóruns provinciais, da Assembleia da República, representantes de parceiros internacionais, individualidades proeminentes da Sociedade Civil e vários actores-chave para a revisão da Lei das Associações.

**“Estamos totalmente de acordo com a revisão do quadro legal da criação das associações (...) terão o nosso apoio, aceitação pois acreditamos que os direitos, as liberdades fundamentais dos cidadãos serão respeitados.”**

**Lutero Simango, bancada do MDM**

**“Podem contar com a RENAMO, podem contar que a RENAMO vai lutar para que os pontos de vista aqui trazidos pelas associações sejam acatados, sejam acarinhados numa lei.”**

**José Carlos da Cruz, bancada da RENAMO**



Auditório

# Grupos temáticos entram em acção



Em resposta às preocupações apresentadas nas duas últimas sessões de Assembleias Gerais (V e VI) e como parte de estratégia de envolvimento dos membros nas actividades, a JOINT realizou no passado mês de Agosto de 2018, em Maputo, uma oficina de trabalho com os seus membros.

O encontro resultou na criação de 08 grupos temáticos nomeadamente, Género e inserção social liderados pela Plataforma da Sociedade Civil moçambicana para Protecção Social (PSCM-PS), Governação e democracia liderados pela Liga académica para o desenvolvimento da comunidade (LADC), Gestão de recursos naturais e ambiente dirigida pela Associação de educação em saúde para o ambiente e comunicação social (AESA), Direitos Humanos e cidadania, paz e gestão de conflitos dirigida pela Associação Moçambicana de jornalismo judiciário (AMJJ), educação e formação profissional dirigida pela associação para o desenvolvimento juvenil (KHANDLELO), saúde e bem-estar dirigida pela ACP - NCHUNDZU e Agricultura e segurança alimentar dirigida Comunidade Moçambicana de Ajuda (CMA).

Com estes grupos, objectivava-se a concertação dos aspectos e actividades relacionados a determinada área temática, angariação colaborativa de fundos, o desenho e implementação de projectos e intervenções coordenadas e trabalho conjunto com o Secretariado da JOINT por forma a operacionalizar os resultados precedentes.

Após a criação dos grupos em alusão, houve encontros de coordenação, de modo a acordar-se o modus operandi e a estrutura de funcionamento dos grupos. Posto isto, houve actividades de elaboração de propostas para angariação de fundos para estes grupos. O que de certa maneira, veio colmatar a lacuna de envolvimento dos membros no processo de aquisição de fundos para seu funcionamento.

## NOSSOS PARCEIROS:





**Endereço**

Av. Nkwame Nkrumah, 1546

Cidade de Maputo, Moçambique

**Telefone:**

+ 258 21417647

**E-Mail:**

comunicacao@gmail.com

**“Ligando as vozes da Sociedade Civil em Moçambique”**

**Estamos na Internet!**

**WEBSITE:** [www.joint.org.mz](http://www.joint.org.mz)

**FACEBOOK:** Joint – Liga das ONG's em Moçambique

**TWITTER:** Joint – Liga das ONG's em Moçambique